

Algumas considerações a propósito da crise académica de 1962

Octávio Quintela



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/622>

DOI: 10.4000/lerhistoria.622

ISSN: 2183-7791

Editora

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2012

Paginação: 187-192

ISSN: 0870-6182

Refêrencia eletrónica

Octávio Quintela, « Algumas considerações a propósito da crise académica de 1962 », *Ler História* [Online], 62 | 2012, posto online no dia 14 abril 2015, consultado no dia 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/lerhistoria/622> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.622



Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DA CRISE ACADÉMICA DE 1962

Foi há 50 anos que aconteceu a primeira grande crise académica no tempo do salazarismo e que iria ter uma repercussão enorme nos anos seguintes. Esta crise foi, de certo modo, o ponto de partida de um conjunto de episódios políticos, ligando a campanha de H. Delgado, em 1958, às outras lutas dos finais dos anos 60 e que culminarão no 25 de abril de 1974.

O início dos anos 60 é marcado pelo desencadear de importantes movimentos de libertação à escala mundial, na sequência da conferência de Bandung, e da ação de *leaders* tais como Nehru, N'Krumah, Nasser, Ho-Chi-Minh, Guevara, Amílcar Cabral, Mandela, que estão na origem da independência de múltiplos Estados do 3.º Mundo e do fim dos Impérios Coloniais Europeus. Só a França e Portugal tentarão resistir a essa vaga independentista. Em Portugal, Salazar, que já havia perdido a Índia, tenta agora aguentar o resto do império colonial opondo a resistência possível. Para tal, tem de mobilizar não um, mas dois ou três exércitos destacados para vários locais em simultâneo. Todos os expedientes servem para angariar mais tropas para acorrer a tantas «solicitações». Tudo serve para o efeito, sendo certo que o exército regular, profissional, não era suficiente. Serve-se dos milicianos como recurso suplementar.

Mas, para ter milicianos à disposição, era indispensável controlar o meio universitário, pondo termo a veleidades autonomistas das Associações de Estudantes. O decreto 40.900 fora feito precisamente para acabar com essa autonomia universitária. As direções das Associações de Estudantes passavam a estar sujeitas a ratificação pelo Ministério da Educação, o mesmo acontecendo relativamente a contactos internacionais, a tentativas federativas das Associações de Estudantes ou à criação de novas Associações de Estudantes.

O ambiente político no país, após as eleições de 1958, caracterizava-se pela eclosão de importantes lutas de que se destacavam a dos trabalhadores agrícolas pelas 8 horas de trabalho e a da juventude resistindo à mobilização para as guerras coloniais. Mas o regime resiste e contra-ataca. A oposição é ferozmente perseguida obrigando os seus dirigentes a fugir para o estrangeiro, a remeter-se ao silêncio ou a alinhar ao lado (ou dentro) do PC (Partido Comunista). Na verdade, se excetuarmos o PCP, praticamente o resto da oposição estava muito enfraquecida, desorganizada e descrente. A atuação do salazarismo revelava-se eficaz. O apelo ao patriotismo ainda cativava alguns ingénuos...

Nas Universidades, só os católicos da JUC (Juventude Universitária Católica) e o PC se movimentavam e resistiam à onda fascizante, concretizada em movimentos de extrema-direita, muito agressivos e que combatiam a esquerda e a sua hegemonia no movimento associativo, aliás sem qualquer sucesso em Lisboa e Coimbra, o que os enraivecia e acabaria por obrigar à intervenção governamental para conseguirem o controlo do movimento associativo.

Em Lisboa, o PC tinha uma intervenção destacada, apesar da ação igualmente assinalável dos católicos progressistas, particularmente em Letras, Direito e Medicina. O PC, para melhor mobilizar e dinamizar as «massas», criara organizações «unitárias» de jovens (a UJP (União da Juventude Portuguesa) reunia os jovens trabalhadores; o MNE (Movimento Nacional de Estudantes) os estudantes). Estas «juntas patrióticas» tinham não só a função de reunir o máximo de opositoristas e dinamizá-los para as lutas, mas serviam ainda de campo de ensaio e viveiro para o recrutamento de novos militantes para o Partido. Tinham ainda uma outra função não menos importante que era protegerem as células do PC contra as investidas da PIDE, na medida em que os militantes do PC se misturavam e camuflavam no grupo e não atuavam isoladamente.

Todos os pretextos eram aproveitados pelos movimentos estudantis para a mobilização e resistência ao regime. O Dia do Estudante era uma das raras oportunidades que as três Academias não podiam enjeitar (é certo que o Porto não acompanhará essa movimentação com o mesmo desenvolvimento que Coimbra e Lisboa, devido à sua incipiente organização associativa).

A greve de 1962, na sequência da proibição do Dia do Estudante, foi o resultado da luta de milhares de jovens católicos, sem partido, mas muito também da ação dos comunistas. Em cada Faculdade de Lisboa é possível destacar três ou quatro ativistas de um vasto conjunto. Em Direito, Jorge Sampaio, Vítor Wengorvius, Correia de Campos, J. Felismino, Macaísta Malheiros, Pedro Ramos de Almeida. Em Letras, Medeiros Ferreira, Mário S. M. Cardia, João Paulo Monteiro, Alberto Teixeira Ribeiro, Maria Assunção Franco, Maria João Gerardo e eu próprio. Em Ciências, António Ribeiro e Ernani Pinto Basto. Em Medicina, Isabel do Carmo, Rui de Oliveira, Eurico Figueiredo, Alexandre Ribeiro, Dante Marques. No Técnico, João Cravinho, Crisóstono Teixeira e José Bernardino.

Houve também alguns docentes, poucos, que se colocaram ao lado dos estudantes na sua luta. Lindley Cintra, Oliveira Marques, Pereira de Moura. Outros deram algum «apoio moral» como Jacinto Prado Coelho, Lurdes Belchior, Orlando Ribeiro, Ducla Soares.

De todo esse conjunto de ativistas há, quanto a mim, cerca de uma dezena que mais se destacou e que foram verdadeiramente os *leaders* do

movimento: Jorge Sampaio, V. Wengorvius, Eurico Figueiredo, Isabel do Carmo, P. Ramos de Almeida, Sottomayor Cardia, José Bernardino e Medeiros Ferreira. Sem estes dinamizadores, não creio que a crise de 62 pudesse ter atingido um nível tão amplo e com consequências tão profundas em tudo aquilo que se seguiu. Destes oito nomes, uns salientaram-se pelas intervenções públicas, dirigindo reuniões de todo o tipo (nas direções associativas, nas reuniões interassociações, interacademias, plenários) mas também colocando-se à cabeça de manifestações de rua (que se evitavam, pois essas manifestações, desde que saíssem do espaço da Cidade Universitária, eram ferozmente reprimidas), ou dirigindo e intervindo em plenários no Estádio Universitário ou frente à Reitoria, ou nos contactos, mais ou menos formais, com o reitor Marcelo Caetano, representantes do Ministério da Educação, jornalistas e agentes noticiosos, comandante da polícia de choque...

Recordo aqui algumas dessas figuras que têm tido menos visibilidade, mas cuja ação não foi menos importante que a dos dirigentes associativos. Um desses nomes foi a Isabel do Carmo. Jovem estudante de Medicina, filha de operários do Barreiro (que ela orgulhosamente destacava) era uma «mulher de armas», corajosa, frontal, sempre pensando e agindo pela sua cabeça, rejeitando qualquer imposição que não lhe agradasse, mesmo proveniente do PC. Chamávamos-lhe a «Passionária de Medicina», sempre pronta a enfrentar a polícia, à qual atirava com flores se ela se opusesse à deslocação dos manifestantes da Cidade Universitária para o Ministério da Educação, aquando de uma das manifestações mais violentamente reprimidas pela polícia de choque.

Outro ativista estudantil que muito se destacou e pouco é referido foi José Bernardino, estudante do Técnico. Dirigente comunista e de grande experiência nas lutas estudantis, trabalhador incansável, de uma perspicácia e intuição agudíssima, descobrindo constantemente novas formas de luta e respostas para todas as dificuldades que surgissem. A páginas tantas, já com a PIDE à perna, mergulha na clandestinidade para escapar à provável prisão, passando a dirigir todas as organizações de estudantes comunistas de Lisboa.

Outro ativista que foi muito importante quer na vigência da crise, quer nos tempos que a antecederam, foi o Pedro Ramos de Almeida. Estivera muito tempo preso na sequência do MUD (Movimento de Unidade Democrática) e, nas prisões por onde andou, adquiriu uma experiência e uma capacidade de trabalho verdadeiramente invulgares. Era um autêntico computador vivo, com uma memória prodigiosa acerca de qualquer assunto que estivesse em discussão. Mas essa memória assentava muito no trabalho organizativo de casa que o P. Ramos de Almeida realizava no dia a dia. Ele tinha um ficheiro, constantemente renovado (que começara a organizar ainda na prisão), onde constavam dados estatísticos acerca de tudo o que

lhe servia para as suas atividades políticas e académicas: dados acerca do comércio externo, PIB, défice, (in)sucesso/abandono escolar, saúde, cultura, etc. Parecia que não dormia, pois podia estar numa reunião até às 3 ou 4 de manhã e, no outro dia, às 8 ou 9 horas já estava na Faculdade. Trabalhava ainda num escritório de advogados do padraço; não faltava a uma aula, a uma Assembleia Geral. Sempre presente, participativo e oportuno (tirando da pasta, que sempre trazia, alguma ficha com os dados estatísticos que se aplicavam àquela situação). Como se isso não fosse suficiente, era dos melhores alunos da Faculdade, com as notas mais altas obtidas em cadeiras regidas por professores tão exigentes e reacionários como o próprio Marcelo, o Paulo Cunha, o Lumbrales ou o Martinez. Os seus exames orais eram um espetáculo único, com o anfiteatro grande apinhado e onde se ia ocupar um lugar com muita antecedência. Conseguia, através do seu talento e saber, transformar os papéis, passando de examinando a... examinador, encostando muitas vezes, os mestres à parede, com respostas completíssimas seguidas de perguntas às quais aqueles não conseguiam responder. Expunha as conceções do professor, mas logo a seguir refutava-as por completo. Argumentava com uma facilidade espantosa, destruindo rapidamente as perspetivas do adversário, usando imagens sugestivas e plenas de humor. Era, talvez, o maior orador estudantil daquele tempo. O seu discurso não era apenas formalmente atrativo e bem construído, tinha também um conteúdo rico, sempre bem estribado em dados objetivos, estatísticos e irrefutáveis. Dizia-se à boca pequena, que seria o sucessor de Álvaro Cunhal, já escolhido por este. Um brutal acidente de automóvel, deixou-o entre a vida e a morte, sobrevivendo, mas muito diminuído para o resto da vida.

Finalmente a outra figura que me parece justo destacar, o Mário Sottomayor Cardia. Estudante de Filosofia na Faculdade de Letras era natural do Porto (Matosinhos). De compleição física frágil, de saúde muito delicada, ninguém diria que aquele corpinho conseguia fazer tanta coisa, empenhar-se de uma forma tão intensa nas atividades onde se metia. Era ingénuo, sempre muito protegido pela família (filho único, de famílias muito abastadas) que zelava, com enorme preocupação pela saúde do «menino». Mas apesar destes condicionalismos, o Mário S.M. Cardia era corajoso (temerário mesmo) destacando-se por pensar e escrever magnificamente. Polemista temível (o António José Saraiva bem experimentou a força e jocosidade da sua argumentação). Talvez por isso, o M. Cardia ofereceu-se e ficou logo encarregue da redação dos comunicados que diariamente o movimento académico punha cá fora, dando notícia dos acontecimentos. Era o Cardia que redigia, por vezes em minutos, esses comunicados, imediatamente batidos em stencil (não havia fotocopiadoras) e logo passados ao papel (às centenas). Tudo isto realizado em círculo muito fechado pois a

PIDE bem se empenhava por entrar neste segredo e deitar a mão ao autor. Os comunicados eram distribuídos de mão em mão e disputados não só pelos estudantes, mas também por jornalistas, agências noticiosas, algumas embaixadas, escritores. Recordo-me do círculo do café Bocage, na Avenida da República, onde o Abelaira, o Carlos de Oliveira, o José Gomes Ferreira, o João Cochofel, o Mário Dionísio, o Cardoso Pires passavam entre si os últimos comunicados e os comentavam com entusiasmo. Era através deles que se sabia de tudo o que acontecia, já que a censura e a PIDE impediam qualquer menção a esta crise. Mas, lá fora, sabia-se o que se estava aqui a passar. Muitos jornalistas estrangeiros vinham a Lisboa a querer notícias atualizadas e era pelos comunicados que se conseguiam informar. Quem quiser fazer a história da crise académica de 1962 não pode ignorar esses comunicados. Era fundamental reuni-los e publicá-los.

Mas, o Mário S.M. Cardia não foi apenas o redator dos comunicados. Foi, ele, também, que teve, pela primeira vez, a ideia da greve da fome. Decorria a greve às aulas e, temendo-se a perda de força com o aproximar dos exames de frequência, lembrou o Cardia e propôs na sua célula do PC de Letras, a greve da fome. O PC rejeitou imediatamente a ideia porque essa forma de luta não se enquadrava na estratégia habitual do PC, que preconizava sempre a luta de massas e não formas de luta individualizadas, com muita exposição pública, tidas como quixotescas e perigosas do ponto de vista organizacional. Rejeitada a proposta, esta não desaparece e é recuperada por alguém que convencera da sua potencialidade e poder mobilizador. O movimento acolhe a ideia da greve da fome e organiza a mesma, sempre com o máximo sigilo. A greve será concretizada na Cantina da Cidade Universitária, a qual será ocupada e controlada por piquetes permanentes. Centenas de estudantes aí permanecerão, dando proteção ao núcleo dos 80 e tal grevistas da fome. O frágil Mário S.M. Cardia será um desses 80, pondo em risco a sua débil saúde.

Passados alguns dias, a cantina é entregue pelo Ministério da Educação ao da Administração e a polícia logo destacada para a invasão e prisão de todos os estudantes que lá estivessem. São presos 1500 estudantes e enviados em autocarros, da 1 às 7 da manhã, para o quartel da Polícia na Parede. Destes 1500, a PIDE seleciona ainda vinte e tal que manda para Caxias, ficando aqui reunidos em duas celas, interrogados, fotografados e fichados, tidos como perigosos cadastrados. No meio destes estava também eu e uma figura que, embora não fosse estudante, aparecera na cantina a observar e a anotar os acontecimentos (talvez recolhendo dados para um novo livro de anedotas...): o Vilhena. Esta prisão marca o fim da crise académica de 1962. O panorama político não será porém o mesmo. O Marcelo fica mais isolado e sai também derrotado deste confronto com o salazarismo. Durante

6 anos vai remeter-se ao silêncio esperando a sua vez... Um movimento tão poderoso como o de 62 virá a verificar-se em 1969, se bem que com menor movimentação de massas, mas com maior politização.

Há uma pergunta que se coloca então e ainda hoje, cuja resposta não é totalmente clara e que é a seguinte: que motivações levaram o Marcelo a esboçar o confronto com Salazar? Que pretendia ele alcançar com aquela atitude de pretensa independência? Por que é que sendo ele sempre uma figura grada e destacada do regime se colocava agora à margem deste? A explicação que encontro assenta no seguinte quadro. O Marcelo afasta-se de Salazar (e este daquele) porque o Marcelo estaria convencido que Salazar estava a errar e a afundar o país. Errava em relação à guerra colonial, que Marcelo acreditaria que não tinha saída através da ação militar. Estaria ele convencido da possibilidade do termo da guerra, convergindo as posições para um acordo de braves e na formação de uma espécie de Confederação de Estados de Língua Portuguesa, algo semelhante ao projeto spinolista que aparecerá dez anos depois no *Portugal e o futuro?*

O marcelismo assumir-se-á contrário ao salazarismo, igualmente no que concerne às conceções de política económica. Salazar era um conservador, reacionário, avesso à industrialização e à abertura aos grandes mercados. Tinha uma mentalidade de pequeno agricultor. O Marcelo quer apostar na industrialização acelerada, na abertura de fronteiras, na integração na CEE.

Finalmente, o Marcelo acreditaria que seria possível uma certa *entente* com alguma oposição que não alinhasse em conluios comunistas. O Marcelo sonhava com uma espécie de «terceira via» que assumiria a sucessão de Salazar, após o fracasso e afastamento do ditador de Santa Comba Dão em resultado de alguma incurável maleita. Não foi logo, demorou seis anos, e foi graças à colaboração patriótica de uma cadeira de repouso mal aparelhada.

Octávio Quintela

Professor (frequentava a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

■ Nota biográfica

Nascido em 1936, estudante universitário entre 1958 e 1966 nas Universidades de Coimbra e Lisboa. Participa na campanha de H. Delgado, em Coimbra, e nas lutas académicas de 1958 a 1963. Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Professor do ensino liceal até 1985 e universitário (FPCE) até 2003, na área das Ciências da Educação e Formação de Professores. Entre 1966 e 1982 convive com escritores da tertúlia dos cafés da Av. da República (Ideal, Bogue, Monte-Carlo) onde se destaca J. Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira, João Cochofel, Mário Dionísio, Augusto Abelaira, etc. e musicólogos amigos da família Cochofel (F. Lopes Graça, Francine Benoit). Colabora e coadjuva J. Cochofel na preparação e lançamento do Grande Dicionário de Literatura Portuguesa, dirigido por J. Cochofel, publicado até ao fim da letra B e suspenso em virtude da falência da editora.